

## **A invenção da educação subversiva: comunismo de jornal, o governo dos USA e a ditadura civil-militar brasileira**

David Glasiel de Azevedo Marinho<sup>1</sup>, André Gustavo Ferreira da Silva<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este artigo consiste em compreender, a partir de fontes sigilosas que foram recentemente desveladas, os meios pelos quais, nos primeiros anos do golpe, a ditadura civil-militar, sob forte ingerência dos EUA, tornou os aparelhos repressivos e ideológicos do Estado seus elementos constitutivos e atuou premeditada e decisivamente no realinhamento ideológico da educação – como epicentro de um *modus operandi* indissolúvel ao projeto das classes dominantes endógenas e exógenas. Ações coordenadas de criminalização que submeteram um dos principais pilares de desenvolvimento do país à métrica de um mercado educacional – privado – em expansão e promoveram o aprofundamento dessa ideologia no sistema educacional brasileiro. Nesse sentido, buscamos interpelar criticamente as estruturas de representação, por meio das ações do Estado e seus coadjuvantes, tendo como lócus o sistema informativo – e seus enunciados, com envergadura internacional e nacional –, o jurídico, observando algumas mudanças normativas, e o educacional, na condição de espaço vital de manutenção da ideologia das classes dominantes. Amálgama analisada por meio de fontes ulteriores – memorandos e telegramas secretos – e das condições objetivas de subordinação do Brasil aos EUA. Análise que, portanto, tenciona entender os influxos capazes de interferir na estrutura da educação brasileira ainda hoje.

### **Palavras-chave**

História da educação. Ditadura. Aparelhos ideológicos.

---

<sup>1</sup> Doutorando em Teoria e História da Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil. E-mail: davidglasiel.marinho@hotmail.com.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco, Brasil; professor do Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação da mesma instituição. E-mail: andreferreira@ufpe.br.

## **The invention of subversive education: newspaper communism, the US government and the Brazilian civil-military dictatorship**

David Glasiel de Azevedo Marinho<sup>3</sup>, André Gustavo Ferreira da Silva<sup>4</sup>

### **Abstract**

This article consists in understanding, from classified sources that were recently unveiled, the means by which, in the early years of the coup, the civil-military dictatorship, under strong interference of the USA, made the repressive and ideological apparatus of the State its constitutive elements and acted premeditatedly and decisively in the ideological realignment of education – as the epicenter of a indissoluble modus operandi to the design of the endogenous and exogenous ruling classes. Coordinated actions of criminalization of education that subjected one of the main pillars of development of the country to the metric of an educational market – private – in expansion and also promoted the deepening of this ideology in the Brazilian educational system. In this sense, we seek to critically challenge the structures of representation, through the actions of the State and its supporting institutions, having as locus the information system – and its statements, with international and national scope –, the legal system, observing some normative changes, and the educational system, as a vital space for maintaining the ideology of the dominant classes. Amalgam analyzed through later sources – memorands and telegrams – and the objective conditions of subordination of Brazil to the USA. Analysis that, therefore, intends to understand the inflows capable of interfering in the structure of Brazilian education even today.

### **Keywords**

History of education. Dictatorship. Ideological apparatus.

---

<sup>3</sup> PhD student in Theory and History of Education, Federal University of Pernambuco, Brazil. E-mail: davidglasiel.marinho@hotmail.com.

<sup>4</sup> PhD in Education, Federal University of Pernambuco, Brazil; professor at the Department of Socio-Philosophical Foundations of Education at the same institution. E-mail: andreferreira@ufpe.br.

## **Apontamentos introdutórios**

Neste artigo analisamos a convergência de propósitos entre o jornal *O Globo* e a oposição da ditadura civil-militar e do governo dos EUA ao modelo de educação atribuído ao governo João Goulart. Para tanto, acionam-se as categorias Aparelhos Repressivos e Aparelhos Ideológicos do Estado de Althusser (1992) e analisam-se documentos disponibilizados pelo governo norte-americano.

Destacamos que o campo investigativo encontra-se nos relatórios da Embaixada dos EUA no Brasil – e seus Consulados –, memorandos e telegramas do Departamento de Inteligência. Em sequência, a investigação avança para Leis e recortes de jornais internacionais e nacionais. O texto inicia acionando o conceito de Aparelhos de Estado, de Althusser, como chave para a interpretação da ação de instituições nacionais e norte-americanas no território brasileiro; segue apresentando articulações que envolveram a elite civil-militar brasileira e o governo dos EUA na trama do golpe civil-militar; descreve e analisa o papel do jornal *O Globo* na veiculação da acusação de subversão contra ações na educação encaminhadas pelo governo João Goulart.

### **Os Aparelhos de Estado**

Inicialmente, o contexto da forte circulação de narrativas que negam atrocidades históricas (negacionismo) nos leva a ter que responder a seguinte questão: a ascensão das Forças Armadas ao poder tem ou não, fundamentalmente, um caráter antidemocrático, golpista, autoritário?

Respondendo à questão, ao considerarmos o arcabouço historiográfico dos últimos cinquenta anos, em escala mundial e nacional – pertencente às diversas correntes epistemológicas – não há dissenso: em abril de 1964, após setores militares, com apoio dos EUA e das classes dominantes civis, decidirem apagar do poder o então Presidente João Goulart, com mandato previsto para terminar apenas em 1966, o Brasil passou a ser uma ditadura. A natureza desse ato é considerada, diametralmente, um Golpe de Estado. Não existe um documento, um relatório, uma prova material, mesmo circunstancial, que ratifique a ideia defendida por ideólogos conservadores e reacionários, civis e militares, de que as forças armadas antecipavam-se a um golpe comunista, e, por isso, viram-se impelidas a tomar de assalto o poder. Afirmação que é insustentável, à medida que, até hoje, não há indícios

mínimos de que uma trama comunista, à época, estava sendo orquestrada pelas forças progressistas brasileiras (MOTTA, 2015).

Dito isso, é imprescindível discernirmos quais são as principais diferenças entre aparelhos repressivos e aparelhos ideológicos do Estado, segundo conceitua Louis Althusser (1992). A questão nuclear é que os Aparelhos Repressivos do Estado (doravante ARE) constituem o próprio Estado: o exército, a administração, prisões, polícia, tribunais. Estrutura que tem seu funcionamento marcado pelo uso da violência física ou simbólica. No âmbito dos ARE, o acionamento da violência ganha um papel primário e o engendramento das ideologias, um papel secundário.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), criado pela Lei nº 4.341 de 1964, cuja finalidade fora, principalmente, monitorar opositores à ditadura e oferecer o suporte necessário às ações do Estado – em termos de inteligência e informações – pode servir de exemplo para entendermos melhor o que se infere acerca dos ARE. Por meio desse órgão, o governo brasileiro atuou repressivamente sobre a sociedade, em especial, sobre o campo da educação e seus sujeitos, ampliando sua capacidade persecutória.

Sob a batuta dos EUA, os militares constituíram um *modus operandi* que se tornou determinante para concretizar a estruturação física, material e intelectual necessária ao SNI. Em 21 de abril de 1967, segundo telegrama do então embaixador norte-americano no Brasil, o então chefe do SNI, Gal. Emílio Garrastazu Médici, alegando inexperiência com procedimentos de inteligência referente às mobilizações estudantis, solicitou ao governo dos EUA que ajudasse no monitoramento, identificação e contenção do que se tratava como distúrbios estudantis (“student disturbances”); escorando-se na projeção de um “common enemy” (inimigo comum), o governo brasileiro dá o “sinal verde” para uma maior aproximação e cooperação entre os órgãos de repressão, sugerindo que as mobilizações que antecederam os levantes estudantis de 1968 eram ocorrências que ultrapassavam as fronteiras nacionais.

Outro fator que merece destaque no telegrama é que o embaixador Gordon deixa claro que “this type of thing costs a lot of Money” (esse tipo de coisa custa muito dinheiro), mas que o governo brasileiro foi taxativo em dizer que poderia consegui-lo e que havia uma fonte de receitas não identificada da qual se retirariam recursos, abrindo margem para questionamento se o dinheiro que possibilitara a parceria com o governo dos EUA foi ou não fruto de corrupção.

[...] **General Medici commenting on student disturbances at University of Brazilia earlier in day said that this was part of larger plan to create disorders** [...] He had given the green light to his people for the closest possible **cooperation whit the U.S; we had a common enemy** [...]. It's imperative for him to start **organizing stations of the SNI** [...]. **The Brazilians had almost no experience in this and he was going to ask for U.S help to get these going. I commented that this type of thing costs a lot of money. He agreed but said that he was quite confident that he could get the Money.** He said that the funds for **his agency which appeared in the Federal Budget were a mere smoke screen and his much larger funds came from diversions from other appropriations,** [...]. (TELEGRAMA SECRETO, 21 de abril de 1967, FOREIGN SERVICE OF THE UNITED STATES OF AMERICA, desclassificado em 2015, p. 1-2, grifos nossos).

Isto pode explicar, parcialmente, o recrudescimento das ações do governo brasileiro na construção dos “anos de chumbo”, motivado pelo apoio dos EUA. Este forneceu àquele as bases necessárias à reestruturação e sustentação de seus aparelhos repressivos.

Os Aparelhos Ideológicos do Estado (doravante AIE), por outro lado, estruturam-se a partir de seus sistemas, que são plurais, sobre os quais o Estado possui domínio direto e indireto, dependendo de sua engenhosidade. Nesse sentido, entram o sistema escolar, o religioso, o político, o jurídico, o sindical, o informativo, o cultural, cujo uso da violência física é subposto pelo uso ideológico de seus aparelhos, tomando a repressão estrita um papel secundário e o engendramento do consenso ideológico um papel primário. Althusser (1985, p. 69) observou, ainda, que os aparelhos ideológicos, em maior parte, “remetem ao domínio privado”; enquanto o repressivo, “unificado, pertence inteiramente ao público”. Pois, uma das características do Estado Liberal moderno é a nacionalização e centralização administrativas das forças e mecanismos de repressão.

Para nosso contexto, não obstante, optamos por considerar também, a orientação deixada pelo filósofo de que há aparelhos capazes de transitar entre as duas estruturas (sejam elas infraestruturais ou superestruturais) dependendo da historicidade da qual são partes, assumindo sua volatilidade conjuntural, evitando, assim, dicotomizar a análise.

## **O golpe e a articulação entre a elite civil-militar brasileira com o governo dos USA**

Como demonstraremos abaixo, nosso ponto de partida é um memorando datado de 8 de março de 1963, pouco mais de um ano antes do golpe civil-militar. Nesse documento da CIA, podemos constatar um breve relatório sobre o movimento de deposição que estava sendo urdido contra o Presidente João Goulart, encabeçado pelo ex-ministro da Guerra do governo

Jânio Quadros e Marechal da reserva, Odílio Denys. É relevante analisarmos que não se trata de uma simples troca de relatos, como é de praxe entre embaixadas e seus respectivos órgãos imediatos ou auxiliares. Trata-se de fornecimento – através de um órgão de inteligência cujas ações são, geralmente, de espionagem e intervenção (BANDEIRA, 2014) – de informações sigilosas direcionadas ao embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, apresentando algumas diretrizes que seriam necessárias à concretização da deposição de um governo legitimamente constituído. Esse documento é uma espécie de continuidade dos diálogos ocorridos em julho de 1962 entre o Presidente dos EUA J. F. Kennedy, Lincoln Gordon, McGeorge Bundy, assessor especial para Assuntos de Segurança Nacional e o subsecretário de Estado para Assuntos Interamericanos, Richard Goodwin.

**Plotting Against Goulart [...]. A premature coup effort by the Brazilian military would be likely to bring a strong reaction from Goulart and the cashiering of those officers who are most friendly to the United States [...]. Denys needs considerably more support than we can now credit to him to bring off a successful coup [...] prepared for a conservative successor government [...].** (MEMORANDO, CIA-EMBAIXADA-RJ, 8 de março de 1963, página 2, grifos nossos).

As mais importantes orientações no corpo textual acima eram garantir ampliação da base de apoio dos militares perfilados aos interesses dos EUA, posicioná-los nos setores estratégicos para inviabilizar qualquer reação e esperar o momento certo para agir, sob pena de não conseguirem sustentar o golpe. O memorando sugere que elementos de referência nas Forças Armadas Brasileiras, além do Marechal udenista Odylon Denys, atuaram de maneira ostensiva e articulada na retirada de João Goulart da presidência, com o objetivo de colocar no governo brasileiro forças “most friendly to the United States” – mais amigáveis aos EUA, em tradução livre. Nessa perspectiva, podemos inferir que, por um período mínimo de um ano, setores do governo estadunidense, articulados com segmentos civis e militares do Brasil, organizaram minuciosamente a deposição do Presidente do Brasil em 1964.

Assim, quatro dias antes do golpe, o Embaixador Gordon escreve a Washington pedindo mais fundos para sustentar os possíveis gastos que se avizinhavam: “we may be requesting modest supplementary funds for other covert action programs in the near future”. Saliente-se que o Presidente do EUA havia dado carta branca para George Ball, Secretário de Estado, na participação da articulação do golpe no Brasil. “I think we ought to take every step that we can, be prepared to everything that we need to do”<sup>5</sup>, afirmou Lyndon Johnson, em março de 1964. Por sua vez, o Embaixador Gordon, na referida mensagem a Washington, e

<sup>5</sup> <https://nsarchive2.gwu.edu/NSAEBB/NSAEBB118/LBJ-Brazil.mp3>.

para concretizar um movimento de tamanha proporção, solicita ao Departamento de Estado a preparação de uma entrega clandestina de armas, sem identificação de origem, e que se fizessem disponíveis para as forças de Castello Branco o mais breve possível. Tal armamento seria entregue num lugar mais isolado, no porto de Santos, litoral do Estado de São Paulo, através de um submarino, evitando a identificação do fornecedor.

We recommend (a) **that measures be taken soonest to prepare for a clandestine delivery of arms of non-us origin**, to be made available to Castello Branco supporters in São Paulo **as soon as requirements known and arrangements can be worked out. Best delivery means now apparent to us is unmarked submarine to be off-load at night in isolated shore posts in state** of São Paulo south of Santos, probably near Iguape or Gananeia [...]. **We recommend such statement in next few days.** (RELATÓRIO “TOP SECRET”, enviado ao Departamento de Estado dos EUA, pelo embaixador Lincoln Gordon, orientando o processo de construção do golpe de 1964, 27 de Março de 1964, páginas 2-11, grifos nossos).

Passado um dia do envio do relatório acima, Gordon envia outra mensagem a seus superiores, agora, manifestando preocupação com a preservação do setor econômico e com os possíveis efeitos colaterais no campo social no contexto de golpe que se avizinhava. Os EUA, como demonstra o memorando, considerava o Brasil uma das economias latino-americanas mais relevantes, capaz de determinar o futuro do hemisfério sul e de influenciar as regiões vizinhas.

[...] concern at reports of **economic deterioration and political restlessness in Brazil and importance to future of hemisphere** that Brazil [...] **Will continue its economic and social progress** [...]. (MEMORANDO “TOP SECRET”, enviado ao Departamento de Estado dos EUA, pelo embaixador Lincoln Gordon, orientando o processo de construção do golpe em 28 de Março de 1964, páginas 2-11, grifos nossos).

Nessa perspectiva, havia urgência em orquestrar a derrubada de João Goulart e posicionar Castello Branco, aliado declarado dos EUA, no poder, principalmente após o anúncio das Reformas de Base. A trama é relatada pelo embaixador dos EUA no Brasil, Lincoln Gordon, ao seu Presidente, Lyndon B. Johnson, apontando Castello Branco o líder de um grupo de militares resistentes ao governo João Goulart.

[...] **the most significant development is the crystallizing of a military resistance group under the leadership of Gen. Humberto Castello Branco** [...]. **He has associated with him a group of other well placed senior officers and is now assuming control and systematic direction of the widespread but hitherto loosely organized resistance groups,**

**military and civilian, in all areas of the country [...].** (Relatório de Inteligência dos EUA, 27 de março de 1964, p. 6, grifos nossos).

O governo norte-americano acompanhava de perto as ações dos líderes golpistas. Destarte, a consolidação de Castello Branco como o presidente eleito pelo Congresso contou, dentre outros, com o fato de ser um nome com boa circulação não só entre os líderes militares e civis nacionais, mas, também entre o governo dos EUA. A ascensão do marechal ao comando do país – que se deu por eleição indireta, realizada com a participação dos deputados em exercício de mandato, na qual Castello Branco obteve<sup>6</sup> 53 votos do PTB (o partido do próprio Goulart) e 123 do PSD (partido de Juscelino Kubitschek) – configura, portanto, um marco na fase de construção do consenso em torno do regime que se instaurava. Lembrando, então, que nessa construção ante aos Aparelhos Repressivos, os instrumentos que melhor colaboram para a legitimação política do regime são aquelas instituições que Althusser denomina de Aparelhos Ideológicos.

Por meio de memorando, encaminhado ao Departamento de Estado dos EUA, mais especificamente a John Mccone, Diretor da CIA, o governo norte-americano é informado que, desde o dia 22 de março de 1964, o embaixador Lincoln Gordon manteve contato com “peças-chave”, civis e militares, acerca da situação do Brasil, referindo-se, sobretudo, às reformas de base e ao crescimento de movimentos sociais rurais que se tornaram projetos perigosos para os EUA:

Since returning to Rio 22 march **I have canvassed Brazilian situation thoroughly with key civilian and military staff members here**, convoking São Paulo and Brasilia post chiefs to assist **and also makings elected contact with some well informed Brazilians [...].** The department of posts and telegraph, the trade union leadership in oil, railroads, ports, merchant shipping, the heavily formed rural workers associations, and some other key industries [...]. (MEMORANDO, CIA-EMBAIXADA, RJ, 22-27 de Março de 1964, Classificação Top Secret, grifos nossos).

No contexto de graves tensões políticas, na véspera do golpe civil-militar, 31 de março de 1964, às 19h53min, em telegrama enviado pela CIA à embaixada dos EUA no Brasil, encontra-se a resposta às solicitações já feitas pelo então embaixador Lincoln Gordon, registrando a disposição do governo dos EUA em participar militarmente das ações de repressão contra uma reação mais efetiva advinda dos setores de resistência ao golpe e de

---

<sup>6</sup> <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/humberto-de-alencar-castelo-branco>. Acesso em: 30 mar. 2020.



apoio ao governo Goulart, disponibilizando desde insumos para operações em perímetros urbanos, armas, mísseis, agentes infiltrados da CIA, até tanques e navios de guerra.

- 1) **Dispatch of U.S. Navy tankers** bearing Pol from Aruba, first tanker expected off Santos April 13 **following three tankers at one day intervals**.
- 2) Second sentence in para two should read: “Force to consist of **aircraft carrier and two guided missile destroyers** (expected arrive in area by April 10), **four destroyers, task force tankers** (all expected arrive about four days later)”. 3) Strike words “**tear gas**” in first sentence or para three, **and insert “CS agent [...]**. (TELEGRAMA DO DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA, endereçado à Embaixada do Rio de Janeiro, 31 de março de 1964, grifos nossos).

Acionando a noção de Aparelhos Ideológicos, apontamos que o núcleo de poder que articulava o golpe civil-militar necessitava do envolvimento das instituições formadoras de opinião. Posto que, mesmo que tivesse sido necessário o uso do Aparelho Repressivo com uma potência como a do poderio militar norte-americano, a estabilidade social, fundamental para a estabilidade econômica, advém do consenso e da legitimidade conquistadas pelo acionamento dos Aparelhos Ideológicos.

Para tanto, as fontes sugerem que foram contatados os próprios donos de jornais. Especificamente, um dos “key civilian staff members” arregimentado pelo núcleo de poder foi o próprio Roberto Marinho, levantando a possibilidade de o jornal *O Globo* assumir a função de porta-voz do regime.

Os documentos do governo estadunidense analisados indicam a participação direta de Roberto Marinho como um dos “elementos-chave” no palco dos vetores ideológicos e dos canais de diálogo entre EUA e o governo brasileiro. Nesse sentido, memorando de agosto de 1965, endereçado à Washington, relata a articulação com Marinho para reeleger, ainda que indiretamente, o Marechal Castello Branco, após 1966, data prevista pela constituição para ocorrer novas eleições diretas, que nunca aconteceram.

[...] (Roberto) **Marinho was definitely satisfied by end of talk that Castello would no longer firmly oppose and would even cooperate whit steps to make possible his reelection, probably through some form of indirect election [...]. On this basis, the group mentioned in para two is devising a strategy involving two constitutional amendments [...].** (Telegrama do Departamento de Estado dos EUA, Confidencial, 14 de agosto, 1965, p. 1-3, grifos nossos).

## O jornal *O Globo* e a invenção da educação subversiva

É importante frisar que, um ano antes do registro do alistamento de Roberto Marinho e poucos dias antes do golpe civil-militar, um memorando – encaminhado no dia 27 de março de 1964, endereçado à Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos (ANS), inclusive ao diretor da CIA, John McCone e os secretários de Defesa e de Estado, Robert McNamara e Dean Rusk, emitido por um escritório do governo norte-americano no Brasil – já mostrava a intenção de trabalhar a formação da opinião da sociedade brasileira em torno do consenso pela democracia e pelo sentimento anticomunista.

**Covert support for pro-democracy street rallies...and encouragement [of] democratic and anti-communist sentiment in Congress, armed forces, friendly labor and student groups, church, and business.** (TELEGRAMA, RJ, Endereçado ao Departamento de Estado dos EUA em 27 de março de 1964, página 11, grifos nossos).

Segundo Althusser (1992, p. 71), “nenhuma classe pode, de forma duradoura, deter o poder do Estado sem exercer ao mesmo tempo sua hegemonia sobre os Aparelhos Ideológicos do Estado”. Essa hegemonização, segundo demonstram os documentos, teve como um dos instrumentos o jornal de Roberto Marinho. As diretrizes apontadas no memorando de 27 de março são contempladas pelo texto intitulado “Ressurge a Democracia!”, do dia 2 de abril de 1964, página 1, primeira seção, do jornal *O Globo*. Ao analisarmos o discurso em torno da matéria, podemos inferir, observando o enunciado jornalístico abaixo, que o jornal tentou, de maneira direcionada, mobilizar a opinião pública a fim de construir uma representação da realidade de consenso. Em primeiro lugar, era preciso vender a ideia de sentimento democrático em torno do golpe, abastecido por um imaginário “anticomunista”. Nesse caminho, a ideia de “revolução democrática” foi amplamente divulgada pelo jornal.

**Atendendo aos anseios nacionais**, de paz, tranquilidade e progresso, impossibilitados, nos últimos tempos, pela **ação subversiva orientada pelo Palácio do Planalto**, as **Fôrças Armadas** chamara a si a tarefa de **restaurar a Nação** na integridade de seus direitos, **livrando-a do amargo fim que lhe estava reservado pelos vermelhos** que haviam envolvido o Executivo Federal [...]. (O GLOBO, Edição de 2 de abril de 1964, página 1, grifos nossos).

Como já anotamos, as ações repressivas estiveram, em aspectos gerais, acompanhadas de uma base ideológica capaz de mobilizar os sujeitos oprimidos no sentido de aderirem ao projeto das classes dominantes. Outro fator que devemos considerar é que nesse mesmo lapso

de tempo, citado textualmente por Lincoln Gordon no documento já analisado como período de construção de uma espécie de frente civil e militar para tomar o poder, foram veiculadas, entre 1961 e 1964, 1.360 matérias relacionadas às reformas de base<sup>7</sup>, tendo como referência aquelas digitalizadas e disponíveis no acervo do jornal para assinantes. Constatamos, ainda, que *O Globo* quase triplicou o número de matérias acerca da temática no mês de março de 1964, 100 matérias<sup>8</sup>, quando comparado ao mesmo mês do ano anterior, 40<sup>9</sup>. Uma delas, assinada pelo economista Eugênio Gudín, que representa o tom com o qual o editorial abordava os temas importantes para o governo, convocava as Forças Armadas a impedir que João Goulart falasse ao povo sobre as Reformas.

Direito à Subversão [...]. Outro exemplo da **propaganda à subversão é o do comício convocado pelo comunista** Hércules Corrêa para a próxima sexta-feira, 13, na Praça da República, com a presença do presidente dessa mesma república [...]. O que vai dizer o Sr. Goulart, como líder sindicalista, no comício convocado pelo Sr. Hércules Corrêa? **Que as “reformas de base” não de realizar “por bem ou por mal”, “com lei ou sem ela” etc. Que “reformas de base” ninguém sabe. Nem ele. Isto é, o presidente vai pregar a BADERNA E SUBVERSÃO.** (O GLOBO, 4 de março de 1964, Matutina, Geral, página 2, grifos nossos).

Diversas matérias e espaços de opinião publicados n’*O Globo* passam a atacar as medidas adotadas por Jango, acusando-as de “comunistas”, sobretudo as que faziam parte do leque das Reformas de Base, contribuindo para que se plantasse um olhar negativo sobre as diretrizes do governo Goulart, necessário para o engendramento do imaginário democrático em torno de regime autoritário que se urdia. Matérias criticando, inclusive, o Plano Nacional de Alfabetização, que fazia parte das reformas e que adotara as diretrizes do educador Paulo Freire. Segundo editorial do jornal, a Campanha de Alfabetização fora, na realidade, “uma ameaça extremamente grave contra o que ainda subsiste de princípios Cristãos e da vida

---

<sup>7</sup> O GLOBO. Reformas de Base (1961-1964). Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=REFORMAS+DE+BASE&anyword=&noword=&exactword=REFORMAS+DE+BASE&decadaSelecionada=1960>. Acesso em: 19 mar.2020.

<sup>8</sup> O GLOBO. Reformas de Base, março de 1964. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=REFORMAS+DE+BASE&anyword=&noword=&exactword=REFORMAS+DE+BASE&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1964&mesSelecionado=3>. Acesso em: 19 mar. 2020.

<sup>9</sup> O GLOBO. Reformas de Base, março de 1963. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=REFORMAS+DE+BASE&anyword=&noword=&exactword=REFORMAS+DE+BASE&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1963&mesSelecionado=3>. Acesso em: 19 mar. 2020.

democrática no Brasil”. Ressaltou, ainda, que a finalidade do “método Paulo Freire”<sup>10</sup>, “sob pretexto de alfabetização, é a comunização dos analfabetos” (*O Globo*, 7 de janeiro de 1964, Matutina, Geral, página 1). Saliente-se que as críticas levantadas às iniciativas educacionais do período Goulart não apresentavam, via de regra, dados ou estatísticas; focavam, quase sempre, apenas a suposta natureza subversiva das ações.

Sob esse ângulo, podemos notar que apenas duas semanas após o golpe, em 1964, a necessidade de promover reformas no sistema educacional tornou-se a principal pauta do governo e do jornal em questão. Instaurado o regime civil-militar, o referido órgão de imprensa atuou para legitimar o discurso de que os projetos educacionais do governo João Goulart colocava a educação a serviço de um suposto “comunismo”.

**O setor da educação apresenta quadro generalizado de confusão e de total desvirtuamento de todos os órgãos técnicos, não só por causa da incompetência ou da má-fé de muitos dos encarregados de orientar a política de ensino do Governo Federal, como também pela onda demagógica e subversiva que nestes últimos anos invadiu todos os setores do Ministério da Educação, transformando-os em centros propagadores não de cultura, mas de pregação ideológica e de difusão dos ideais comunistas.** (O GLOBO, 15 de abril de 1964, Matutina, Geral, página 14, grifos nossos).

No que se refere ao Movimento Estudantil, as instituições representativas, principalmente a União Estadual dos Estudantes (UEE) e a União Nacional dos Estudantes (UNE) foram rapidamente desarticuladas e atacadas pela opinião pública, com o que se cultivou um sentimento na população de que tais instituições estavam a serviço de um projeto ideológico subversivo, como enunciava matéria do dia 6 de abril de 1964, página 12, d’O Globo, intitulada: “CPI da UNE sugere medidas para livrar os estudantes da influência comunista”. Assim, sendo alvo de uma Comissão de Inquérito, formada por parlamentares eleitos, e sendo apresentada à sociedade como antro de subversão, isto é, um covil de balbúrdia da ordem, a repressão ao movimento estudantil e, especificamente, à UNE reveste-se de legitimidade ao ser impetrada sob a legalidade da Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, que não proibia explicitamente a representação estudantil, mas a regulava segundo a formatação da ideologia que se impunha.

---

<sup>10</sup> A utilização das aspas sinaliza duas questões singulares: a primeira delas é derivada do próprio Paulo Freire que, em entrevista ao jornal *Pasquim*, em Genebra, na Suíça, em 1979, afirmou: “Eu tenho até minhas dúvidas se se pode falar de método. E há, há um método. Aí é que está um dos equívocos dos que, por ideologia, analisam o que fiz procurando um método pedagógico, quando o que deveria fazer é analisar procurando um método de conhecimento” (FREIRE, 2012, p. 81-82); a segunda questão resulta de um dos seus principais intérpretes, Moacir Gadotti (1995), que defende que a concepção de “método” é um reducionismo da teoria do conhecimento formulada por Paulo Freire.

Salienta-se que a perseguição ao movimento estudantil também é ponto de aproximação entre o sentido das notícias e matérias veiculadas pelo jornal, o Estado brasileiro, com a Lei nº 4.464, e a pauta das investigações dos órgãos de “inteligência” norte-americanos no Brasil. Este último, em memorando datado de 15 de abril de 1965, apresenta um extenso relatório de 17 páginas sobre vários diretórios acadêmicos de São Paulo e um de Cuiabá (Mato Grosso) – o Centro Acadêmico Oito de Abril, ligado à Faculdade de Direito –, além da UEE, UNE, Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Operária Católica (JOC), União da Juventude Comunista (UJC). O documento registra, inclusive, que o Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), contava com cerca de 2.500 membros, sendo considerado um dos mais influentes.

O supracitado memorando relata ainda que, no Estado do Rio de Janeiro, foram presos cerca de 150 estudantes, acusados de subversão e terrorismo, que ficaram sob custódia do exército. Desses, 26% eram mulheres. Em São Paulo, 90% eram estudantes de humanas, 20% de mulheres, 23% havia concluído recentemente o Ensino Médio, 56% tinham menos de 23 anos de idade. No nordeste, 118 foram presos. No sul, 28. No Rio de Janeiro, somente em 1969, 260 estudantes foram inquiridos. Desses, 80% estavam no primeiro ano de curso; 15%, no segundo ano, e apenas 5% perto de concluir. Essa breve exposição contábil refere-se apenas aos estudantes que ficaram sob custódia do exército, não havendo informações precisas de quantos ficaram sob custódia de outras agências militares e civis, a exemplo dos Departamentos de Operação Política e Social (DOPS). Todos os Centros Acadêmicos brasileiros foram monitorados pelo serviço de inteligência.

A atuação d’*O Globo* na criminalização do movimento estudantil se sobressai quando comparada ao tratamento que a imprensa internacional deu a um fato coberto simultaneamente pelo jornal brasileiro e pelo *The New York Times* (NYT). O episódio emblemático aconteceu no dia 2 de setembro de 1964, no qual estudantes tiveram ordem de prisão decretada por Castello Branco. No entanto, o jornal *O Globo* veiculou da seguinte forma: “foi dos mais salutares o diálogo que o Presidente manteve com líderes da Universidade de Brasília [...]. Sentindo na reação do Chefe da Nação que tinham de si um amigo disposto a ajudar e a aconselhar da melhor maneira para resolver os problemas”. Noutro plano, a matéria assinada pelo NYT apresentou uma narrativa completamente oposta à do jornal brasileiro, porém fiel aos fatos, cujo título era: “Castello Branco orders mil and Police to halt arrests on “subversive” students without ct orders” (NYT, 3 de setembro de 1964, p.10).

Abaixo, veremos que em pouco mais de dois meses do golpe, *O Globo* veiculava “O MEC no bom caminho” (*O Globo*, 17 de junho de 1964, matutina, geral, página 2). Na matéria ainda há uma espécie de comemoração em relação à cassação dos direitos civis e políticos dos últimos três ministros que ocuparam a pasta da educação, visto que todos serviam ao propósito, segundo o jornal, de implementação de uma agenda comunista.

Consolidado o regime ditatorial civil-militar, e tendo como contexto a expansão econômica do chamado “Milagre Econômico”, o setor educacional é visto, por um lado, como uma das bases para a própria expansão, devido à necessária capacitação e modernização da força de trabalho, e, por outro, como um importante mercado a ser explorado. Nesse sentido, em 17 de setembro de 1971, o jornal norte-americano lança uma matéria sobre a penetração do capital internacional em setores estratégicos de desenvolvimento, dentre os quais a educação, que dizia “strategy that is based on close lyguided capitalism and foreign investment. Future strategy, the plan tated, will continue to be based on internal expansion, education and industrialization” (NYT, 17 de setembro de 1971, página 11).

É também na segunda metade de 1971 que é decretada e sancionada a Lei nº 5.692/71, que fixa as novas diretrizes e bases para educação. Notória por tornar obrigatória uma suposta qualificação para o trabalho referente ao então ensino de 2º Grau, a supramencionada lei, no capítulo VI “Financiamento”, artigo 41, estabelece que “A educação constitui dever da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios, dos Municípios, das empresas, da família e da comunidade em geral, que entrosarão recursos e esforços para promovê-la e incentivá-la” (BRASIL, 1971), indicando que o capital privado também poderia financiar a educação. Ainda nesse Capítulo, o artigo 43 estabelece: “Os recursos públicos destinados à educação serão aplicados preferencialmente na manutenção e desenvolvimento do ensino oficial”, apontando que os recursos públicos não seriam destinados exclusivamente à educação pública, podendo, assim, financiar também a educação privada.

Reorientada pelo regime ditatorial civil-militar, a educação nacional não é mais veiculada como vetor de subversão, mas como fator de desenvolvimento social e expansão econômica. E o jornal *O Globo* se soma a esse olhar sobre a educação. Assim, no início de 1972, uma extensa análise em relação ao potencial econômico da educação, na condição de ativo, é noticiada, na seção de Economia, com a seguinte manchete: “Educação e crescimento econômico” (*O Globo*, 17 de março de 1972, Matutina, Economia, página 145), da qual extraímos a seguinte passagem:

A importância da educação no processo de crescimento econômico já está hoje em dia bem definida tanto teórica como empiricamente [...]. É realmente um ótimo “negócio” investir em educação. Em particular esses resultados indicam a possibilidade de maximizar a taxa de crescimento do produto real sem qualquer acréscimo da taxa de poupança agregada, mas apenas uma realocação de recursos na margem em direção à acumulação [...] (O Globo, 1972, p. 145).

## Considerações finais

Althusser (1992) discutiu a complexa dinâmica pela qual as ideologias dominantes atravessam os sujeitos e corroboram para a constituição e consolidação do regime de dominação. Vivenciado não apenas nos espaços de experiência repressiva, mas, principalmente, nos ambientes de experiências de produção de consenso, o regime de dominação pode se revestir de legitimidade abonadora, podendo, inclusive, ser narrado, por alguns, como democrático e livre. É sob essa ótica que se sobressai a função histórico-política da imprensa e da educação: ambas são, por natureza, significativos espaços de vivência ideológica, ambas são instituições importantes na elaboração de consensos.

Ao apresentar manchetes e matérias que convergem com as estratégias da articulação de poder estabelecida entre as lideranças do regime ditatorial civil-militar e o governo dos USA, o jornal *O Globo* corrobora para a invenção e veiculação da versão de subversão ao modelo de educação atribuído ao governo João Goulart. Por conseguinte, e tomando de empréstimo categorias althusserianas como órgão da imprensa, podemos inferir que o jornal se somou à tarefa de revestir de legitimidade a dominação impetrada pelo regime, corroborando para que fosse consensual um modelo educacional marcado, dentre outros aspectos, pela possibilidade dos recursos públicos financiarem a educação privada. Além do fortalecimento da aquiescência em relação à perseguição ao Movimento Estudantil e a professoras e professores que manifestassem oposição ao regime, que resultaram, dentre outros flagelos, em desaparecimento e morte.

Por fim, em tempos de pós-verdade e negacionismos, defendemos a imperiosa necessidade de avançarmos ainda mais nas investigações sobre o período ditatorial civil-militar, posto que uma ideologia democrática não se consolida sem a experiência na narrativa que inquieta o passado e a produção do presente: a história.

## Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1992.

BANDEIRA, L. A. M. A CIA e a técnica do golpe de Estado. In: VALLE, M. R. do. (org.). **1964-2014: golpe militar, história, memória e direitos humanos**, 2014. p. 11-26.

BRASIL. Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692\\_71.htm](http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/15692_71.htm). Acesso em: 20 abr. 2019.

GADOTTI, M.; ABRÃO, P. (org.). **Paulo Freire: anistiado político brasileiro**. São Paulo: Instituto Paulo Freire; Brasília: Comissão de Anistia. Ministério da Justiça, 2012.

MOTTA, R. P. S. O vermelho e o medo. **Vermelho**, 2016. Disponível em: <https://vermelho.org.br/2016/03/24/o-vermelho-e-o-medo/>. Acesso em: 17 ago. 2020.

O GLOBO. **Reformas de Base (1961-1964)**. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=REFORMAS+DE+BASE&anyword=&noword=&exactword=REFORMAS+DE+BASE&decadaSelecionada=1960>. Acesso em: 19 mar. 2020.

O GLOBO. **Reformas de Base**, março de 1964. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=REFORMAS+DE+BASE&anyword=&noword=&exactword=REFORMAS+DE+BASE&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1964&mesSelecionado=3>. Acesso em: 19 mar. 2020.

O GLOBO. **Reformas de Base**, março de 1963. Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=artigo&ordenacaoData=relevancia&allwords=REFORMAS+DE+BASE&anyword=&noword=&exactword=REFORMAS+DE+BASE&decadaSelecionada=1960&anoSelecionado=1963&mesSelecionado=3>. Acesso em: 19 mar. 2020.

Submetido em 16 de novembro de 2019.

Aprovado em 13 de março de 2020.